

Construção da Memória do Valongo e Valores Humanos

Tereza de Fatima Mascarin¹

A construção da memória do Valongo no Rio de Janeiro nos remete ao passado e neste sentido é importante trazer à tona discussões e abordagens que possam contribuir para a permanência desta memória. Este local é um dos marcos da desumanidade praticada contra os africanos trazidos como escravos ao Brasil. Faz parte da história deste país e que na atualidade, esta memória deve ser inserida na luta reforçando o sentido de resistência diante do racismo (principalmente, mas, não somente, para com este povo), são fatos como estes que nos fazem refletir e devem insurgir como força em favor do respeito ao Ser Humano e suas causas nobres, um tanto em desuso na atualidade. Os africanos que aqui foram trazidos, ficaram destituídos do mundo em que nasceram, foram arrastados para fora do direito de viver a liberdade, a dignidade, os costumes, os quais, estavam inseridos em suas culturas e sistemas de crenças. Para aqueles que sobreviveram no Valongo e nas senzalas, os conhecimentos trazidos do continente africano foram transmitidos e adaptados, contribuindo para a formação da nação brasileira.

O Valongo foi um dos locais onde os navios ne-

greiros “despejaram” pessoas, como se fossem apenas corpos e suas almas destituídas de valores humanos. Foram obrigados ao batismo cristão, a receber um nome que não lhe pertencia; a dar seu sangue e suor em favor de interesses alheios; inúmeras mães escravas, obrigadas a serem amas de leite em detrimento do alimento de seus recém nascidos. Além da liberdade suprimida, os escravos recebiam açoites nos troncos, entre tantas atrocidades cometidas, muitas registradas principalmente em documentos e processos judiciais.

Uma das construções ideológicas que fundamentava a prática do escravismo eram as categorias estereotipadas de raça inferior e raça superior.

Sob o jugo da injustiça praticada pela força coercitiva e pela ideologia que se impunha a todo custo, em prol de interesses de países europeus, que enlouqueceram com seus processos de exploração, os navios negreiros durante séculos transportaram pessoas para o trabalho escravo em diferentes

países das Américas e da Europa. Ainda hoje, continua existindo dificuldades para legitimar a memória do africano e afrobrasileiro e sua contribuição para a construção desta sociedade. Relembramos do passado as revol-

tas de escravos, a formação de quilombos, movimentos abolicionistas, entre outros, os quais, expressaram a insatisfação do africano escravizado. Foram muitos os momentos de tensão dentro e fora das senzalas, estendendo-se estas lutas para além do período de escravidão no Brasil. Pontuando um pouco, tomemos como exemplo a princesa Isabel “redentora dos escravos” em 13 de maio de 1888, quando esta assinou a lei áurea. Fato este racializado, incorporado à memória pública durante décadas,

“A memória do Valongo está imbuída de acontecimentos extremamente significativos, que devem servir de exemplo para a retomada de reflexões e de ações contrárias ao que houve naquele local no passado, para servir em favor de valores que elevem o Ser Humano contra todo tipo de escravidão, racismo e preconceito.”

¹ Doutoranda do Programa Interdisciplinar Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades do Núcleo de Estudos DIVERSITAS/USP. Membro do Grupo GAIA/USP (Grupo de Antropologia Interdisciplinar em Ambientes).

dificultando o reconhecimento das lutas dos negros escravos para este acontecimento. Nos anos 1980, o papel da princesa Isabel como redentora passou a ser questionado na historiografia e pelo movimento negro (ARAUJO, 2015). Contudo, a memória pública da escravidão no Brasil ainda é uma questão problemática que merece atenção. O Valongo é um destes lugares de memória, que deve ser respeitado e preservado, levando-se em conta, entre outros aspectos, a Formação Humana, no sentido de servir como exemplo de local memorial para se pensar e elevar práticas em favor do desprezo ao racismo sobre qualquer tipificação.

O Valongo é um espaço público, o qual, abrange o cais, o mercado de escravos, a Igreja de Santa Rita e o Cemitério dos Pretos Novos, cuja expressão “Pretos Novos” é significativa para o período, e deu nome ao cemitério para onde eram levados os cadáveres dos recém chegados ao mercado de escravos. Segundo Tavares (2012), Pretos Novos era a maneira como a sociedade escravista dos séculos XVIII e XIX chamava os negros recém-escravizados trazidos ao porto do Rio de Janeiro oriundos do continente africano. Eram escravos na sua maioria adolescentes e pré-adolescentes, confinados e vendidos em barracões no mercado do Valongo após um curto período no lazareto. Aqueles que ficavam doentes ou morriam eram enterrados no Cemitério dos Pretos Novos.

Com isto, o Rio de Janeiro foi uma das cidades onde funcionou o porto para a “carga humana”, trazida em condições terríveis, assim, foram submetidos os milhares de africanos trazidos ao Cais do Valongo. Muitos não resistiam a epidemias e doenças diversas, além de castigos na travessia do Atlântico. Seus corpos eram amontoados uns sobre os outros no Cemitério dos Pretos Novos com tão pouca terra que as chuvas descobriam os cadáveres. Não tinham direito a receber, principalmente depois da morte, um pouco de respeito.

Segundo TAVARES (2012) o comércio de escravos era feito por mercadores que, diferentemente dos demais negociantes, tinham a seu dispor um amplo mercado e o terminal portuário, além de ancoradouros próprios para barcos pequenos. O local dispunha de um cais central denominado Cais do Valongo, para receber arqueações de escravos e embarcar gêneros, numa localização retirada no litoral noroeste da cidade, além do lazareto e do cemitério. As diversas

atividades nesta região tornavam o mercado do Valongo um lugar singular.

O Cemitério dos Pretos Novos, segundo PEREIRA (2007) estava localizado no Largo de Santa Rita, era a última parada para aqueles cujos corpos não resistiam a tantas atrocidades. O mercado de escravos foi transferido para a região do Valongo em 1769. Pouco tempo depois o Cemitério dos Pretos Novos localizado no Largo de Santa Rita desde 1722, foi transferido para o Valongo e funcionou de 1772 a 1830, em um trecho que recebeu a denominação Rua do Cemitério, localizado no caminho da Gamboa. Pereira explicita que constam registros no livro de óbitos de Santa Rita, os quais, mostram que entre os anos de 1824 a 1830, foram sepultados 6.119 escravos no Cemitério dos Pretos Novos, equivalendo a 1.019 sepultamentos por ano. A mudança do mercado de escravos, bem como o cemitério do Largo de Santa Rita para o Valongo, teve como motivos as epidemias que abatiam a colônia, além da forma como o comércio era realizado, a mortalidade escrava e a maneira como os corpos eram enterrados.

A Igreja de Santa Rita continuou responsável pela inumação dos cadáveres no Largo do Valongo, recebia rendimentos (PEREIRA, 2007) pelo trabalho, no entanto o serviço era mal administrado. O mal cheiro que exalava do cemitério, cujos corpos dos escravos eram “enterrados à flor da terra” incomodava os moradores. Vários protestos ocorreram a partir de 1820. Em março de 1830 o cemitério foi fechado. Entretanto, mesmo com o fechamento do Cemitério o comércio de escravos prosseguiu de forma discreta, os corpos passaram a ser enterrados no Cemitério da Santa Casa, conhecido como Ladeira da Misericórdia. Os sepultamentos continuaram a ser como antes, a mudança restringe-se a outra localização e ao fato de serem “enterrados” juntamente com defuntos de brancos pobres e indigentes.

Um passado de histórias que a partir de 1830 com o fechamento do Cemitério dos Pretos Novos na cidade do Rio de Janeiro se tentou apagar, tendo em vista o novo modelo de nação pretendido naquele período.

A imagem do comerciante (de escravos) passou à ilegalidade, bem como tudo o que era ligado ao seu infame comércio. Com efeito, tudo o que pudesse lembrar a referida empreitada

foi sendo apagado paulatinamente do cenário carioca escravista. Neste sentido, se fez urgente encetar o aniquilamento dos indícios do Cemitério dos Pretos Novos, que se apresentara como um elemento incômodo para o modelo de nação que se forjava no primeiro quartel do século XIX. (PEREIRA, 2007, p.139, grifo nosso).

Nos anos 1930 durante a reforma Pereira Passos e com a criação do SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN- os Jardins Suspensos do Valongo, local onde funcionava o mercado de escravos, a Igreja de São Francisco da Prainha, a Fortaleza da conceição e o Palácio Episcopal foram tombados em prol do interesse das políticas oficiais de tombamento que primava pela história e arquitetura luso-colonial, católica e militar, justificando estes seguimentos, a escolha dessas localidades. Assim, áreas consideradas de “importância histórica” a partir da segunda metade do século XX começaram a ser estimuladas para preservação, por meio de políticas preservacionistas internacionais (ANPOCS, 2012). Entretanto, a busca da preservação da memória histórica, de modo geral, por meio de museus, institutos, memoriais entre outros, são dificultados. Existem interesses econômicos e de turismo, ligados a interesses financeiros que infelizmente acabam prevalecendo em muitos casos.

Segundo Tavares (2012), o desinteresse por manter a memória e o local do Cemitério dos Pretos Novos após seu fechamento em 1830 na região do Valongo levou a construção de pequenas casas sobre seu terreno deixando-o na invisibilidade. Em 1996 o local do Cemitério dos Pretos Novos foi localizado pelo casal Petrúcio e Mercedes Guimarães que foram surpreendidos com a presença de ossos humanos durante obras de fundação em sua propriedade situada na Rua Pedro Ernesto número 36. Comunicaram as autoridades competentes que fizeram avaliação com resultado surpreendente, visto que, aqueles ossos pertenciam ao antigo Cemitério dos Pretos Novos. A partir deste acontecimento e no contexto de valorização da localidade pelo poder público, o casal criou o Instituto dos Pretos Novos (IPN) em 2005, cujo escopo é divulgar a história do cemitério, além de denunciar a maneira desumana como eram realizados os sepultamentos no local. O casal

passou a promover desde então organização de eventos relacionados à cultura afro-brasileira, com capoeira, jongo, rodas de samba, debates e seminários. Este acontecimento é incentivo a participação popular e a pesquisas sobre o tema, visando contribuir para a divulgação da memória do Valongo. Entretanto, muitas dificuldades surgem diante o interesse especulativo financeiro e político, sem compromisso com a preservação desta memória.

Com a descoberta do Sítio Arqueológico Pretos Novos foi criado o decreto municipal nº 24.088, de 5 de abril de 2004, o qual, previa a construção do Portal dos Pretos Novos na Praça do Comércio, na Saúde, onde anteriormente existiu o comércio de escravos. Ali seriam colocados simbolicamente os restos mortais dos sepultados no cemitério dos Pretos Novos no Bairro da Gamboa. Previa-se também a construção de um Museu a Céu Aberto formado pelo Centro Cultural José Bonifácio, Centro Cultural dos Pretos Novos, Jardins suspensos do Valongo, Pedra do Sal, igrejas históricas, entre outros. O portal e o museu a céu aberto não foram criados. Nos locais mencionados no decreto, foram colocadas apenas algumas placas explicando brevemente sua importância histórica (TAVARES, 2012).

Percebemos neste contexto que a memória do Valongo está sendo reconstruída por pessoas como o casal Guimarães, quando não são totalmente barradas. Existe por vezes incentivo do poder público, entretanto, o decreto de abril de 2004 infelizmente não resultou no que diziam seus artigos, deixamos com isto de valorizar a memória do local como havia sido proposto. Percebe-se de maneira geral a existência de conflitos de interesses, principalmente políticos e econômicos em torno da preservação da memória histórica e cultural no Brasil. A partir da descoberta do sítio arqueológico dos Pretos Novos, e pelo interesse despertado por este acontecimento,

[...] o historiador Carlos Eugênio Líbano Soares, ao longo dos anos 2.000, tentou convencer representantes de órgãos federais e municipais a desenterrar o Cais do Valongo, que havia sido um importante local de embarque e desembarque de mercadorias e de escravos. Chegaram a ocorrer negociações com representantes da Prefeitura, do Iphan e do Arquivo Geral da

Cidade, mas o projeto não foi adiante. (VASSALLO, 2012, p.9).

Casos de projetos como o acima mencionado, infelizmente acabam sem execução.

Existe por parte da prefeitura interesse em projetos urbanísticos visando o turismo naquela localidade. As obras do Porto Maravilha objetivaram adequação da cidade aos grandes eventos da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e dos Jogos Olímpicos, em 2016. Estes projetos conflitam com a busca da preservação da memória do lugar. Neste sentido o Instituto dos pretos Novos e as pesquisas realizadas estão sendo fundamentais para manter esta memória não somente da região do Valongo no Rio de Janeiro, mas da construção da memória da história do Brasil.

A memória do Valongo está imbuída de acontecimentos extremamente significativos, que devem servir de exemplo para a retomada de reflexões e de ações contrárias ao que houve naquele local no passado, para servir em favor de valores que elevem o Ser Humano contra todo tipo de escravidão, racismo e preconceito. Ações que visem manter a Memória do Valongo devem ser incentivadas e executadas, é o mínimo do respeito devido a tantas memórias ceifadas naquele local.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Ana Lucia. Memória pública comparada da Emancipação e da Abolição da Escravidão: Abraham Lincoln e Princesa Isabel. In: GOMES, Flávio; MACHADO, Maria Helena P. T., Tornando-se Livre: Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição. São Paulo: Edusp, 2015, p. 470.

Encontro Anual da ANPOCS, 36, 2012, Caxambu. Anais ... Minas Gerais: ANPOCS, 2012, 32 p. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8062&Itemid=76> Acesso em: 03 nov. 2015.

FIELDS, Barbara. Ideology and Race in American History. In: KOUSSER, J. Morgan; MCPHERSON, James M. Region, Race, and Reconstruction. New York, Oxford University Press, 1982, 33p.

TAVARES, Reinaldo Bernardes. Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro século XIX: Uma Tentativa de Delimitação Espacial. (Dissertação Mestrado – Arqueologia). Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2012, 207 p. Disponível em: <<http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/estudos/ea2.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. À Flor da Terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007, 204 p. Disponível em: <HTTP://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204431/4101445/li-vro_cemiterio.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2015.

* As ideias contidas neste artigo são de seu(s) autor(es) e não necessariamente expressam as posições oficiais do Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos – DIVERSITAS.